



## ANAIS

### EFEITOS DA PANDEMIA COVID-19 NA ATUAÇÃO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO.

ANA BARBARA LEITE ARAUJO  
anabarbaraleite@hotmail.com  
UNESP

REGINA APARECIDA LEITE DE CAMARGO  
reginacamargomg@gmail.com  
UNESP

**RESUMO:** Ao longo das últimas décadas o governo federal e as administrações estaduais incentivaram a criação de cooperativas e associações de agricultores familiares como intermediadores na implementação de programas de políticas públicas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS). No estudo proposto, serão pesquisadas 30 cooperativas e associações com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, espalhadas por municípios que pertencem a seis Escritórios de Desenvolvimento Regional (EDRs) da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). A coleta de dados primários será realizada através de entrevistas com os dirigentes das organizações, e complementada com dados publicados em sites governamentais. As organizações da agricultura familiar serão analisadas sob a ótica da mobilização de diferentes tipos de capital para a formação de um conjunto de ativos ou capacidades que influenciam diretamente na sua habilidade de sobrevivência e expansão. Também serão analisados os mecanismos que permitem com que essas organizações mantenham um quadro atuante de associados, fomentando o sentimento de pertencimento e a coesão do grupo. A pesquisa tem particular interesse em saber como a Covid-19 afetou a organização e funcionamento dessas organizações.

**PALAVRAS CHAVE:** políticas públicas, mercados institucionais, agricultura familiar

**ABSTRACT:** Over the last few decades, the federal government and state administrations have encouraged the creation of cooperatives and associations of family farmers as intermediaries in the implementation of public policy programs for family farming, such as the Food Acquisition Program (PAA), National Program of School Feeding (PNAE) and the São Paulo Program of Agriculture of Social Interest (PPAIS). In the proposed study, 30 cooperatives and associations will be surveyed, spread across municipalities that belong to six Regional Development Offices (EDRs) of the Technical Assistance Coordination (CATI). The collection of primary data will be carried out through interviews with the directors of the organizations, and complemented with data published on government websites. Family farming organizations will be analyzed from the perspective of mobilizing different types of capital to form a set of assets or capabilities that directly influence their ability to survive and expand. The mechanisms that allow these organizations to maintain an active group of associates will also be analyzed, fostering a sense of belonging and group cohesion. The research is particularly interested in how Covid-19 has affected the organization and functioning of these organizations.

**KEY WORDS:** public policies, institutional markets, family farming

## 1. Introdução e revisão

Nos anos 2000 foram criados os atuais programas de acesso a mercados institucionais direcionados para a agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2003, a Lei 11.947 que regulamentou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009 e, no caso do estado de São Paulo, o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), de 2011. O surgimento desses programas estimulou a criação e/ou fortalecimento de cooperativas e associações de produtores, não raro formadas com o objetivo principal de ter acesso a recursos e benefícios estatais. Dessa forma, inúmeras organizações de produtores familiares assumiram o importante papel de proponentes e destinatários de projetos que envolvem quantias variáveis de recursos e demandam novas responsabilidades de gerenciamento e administração.

Através da criação de associações e cooperativas, os produtores familiares alargam, em teoria, as possibilidades de acesso a programas de políticas públicas e aumentam suas chances de competir em mercados locais, regionais ou globalizados. Por outro lado, a formalização de relações de cooperação e reciprocidade, comumente encontradas em comunidades rurais (SABOURIN, 2009), pode gerar tensões que atuam contra aos objetivos desejados. Para Delma P. Neves (2013), a imposição do associativismo como condição para a participação em ações do Estado, cria *dilemas e contradições* que podem levar ao encerramento das atividades da organização:

“ No Brasil, a grande maioria das associações de agricultores tem vida curta e está fadada ao descrédito por parte dos associados, visto que estes se referem aos representantes delegados pela avaliação da competência própria por correr atrás, não tanto do atendimento das reivindicações, mas da captação de recursos disponíveis” (NEVES, 2013, p.16)

Autor clássico do campesinato, Chayanov (1985, 2017) defendia as formas cooperativas como alternativa para o campesinato russo. Por acreditar nas potencialidades desse campesinato, não pensava no seu desaparecimento, como os colegas marxistas (TEPICHT, 1973), mas na sua incorporação na sociedade socialista em gestação, através do cooperativismo. Chayanov era contra a coletivização forçada imposta por Stalin, que de fato mostrou-se catastrófica (Bernstein, 2009), e defendia uma concentração vertical da dispersa agricultura russa em corpos cooperativos formados através de um processo de auto coletivização onde as características estruturais da produção camponesa seriam mantidas. A contribuição de Chayanov pode ser hoje ressignificada no desafio que enfrentam muitas organizações de produtores para manter a coesão do grupo, a competitividade no mercado de fornecimento de alimentos e a autonomia tão cara aos agricultores.

Na busca de uma definição síntese do cooperativismo, Pinho (1977) argumenta ser ele a uma só vez um *movimento* que objetiva a promoção de um sistema de produção, repartição e consumo calcado na noção de trabalhador-proprietário, uma *doutrina* que busca tanto corrigir as distorções da economia de mercado como impetrar uma reforma moral do homem inspirada em princípios como igualdade, fraternidade, liberdade e solidariedade, ou ainda uma *técnica* de autogestão cooperada.

Um dos motivos do empenho, por parte do Estado, na criação de organizações de produtores é como fazer chegar recursos públicos para grupos específicos sem gerar relações



clientelistas. A obrigatoriedade da criação de instituições formais está presente direta ou indiretamente na maioria dos programas. As formas indiretas aparecem nas dificuldades colocadas para a participação individual ou nos benefícios para a participação coletiva, como é o caso do teto de venda diferenciado para a participação de produtores individuais ou associados no PAA. Para as associações e cooperativas, um dos atrativos que projetos governamentais apresentam é a possibilidade de seu fortalecimento financeiro, pela cobrança de 20% sobre os recursos repassados para a prestação de serviços. Esses recursos podem ser utilizados para a compra de bens para a cooperativa, como, por exemplo, um veículo, ou contratação de serviços.

Mas não obstante as dificuldades, é indiscutível que a participação dos produtores familiares nos programas de fortalecimento da agricultura familiar confere maior visibilidade e legitimidade local a esses atores e reforça seu papel como agentes econômicos promotores do desenvolvimento (XAVIER, 2016). Pesquisa anteriormente realizada pelos proponentes desde projeto constatou a importância do acesso a programas governamentais entre as 30 associações e cooperativas da agricultura familiar pesquisadas (CAMARGO et al, 2018).

## 2. Objetivos

Esse projeto tem como objetivo geral avaliar os efeitos da pandemia Covid-19 em associações e cooperativas da agricultura familiar; o impacto para a comercialização de seus produtos e possíveis dificuldades para a manutenção do grupo.

Como objetivos específicos podem ser listados:

- Avaliar o efeito do fechamento de feiras livres e restaurantes na comercialização dos produtos de associações e cooperativas familiares
- Avaliar o efeito do fechamento das escolas para a comercialização da produção familiar através do PNAE.
- Identificar as organizações que tiveram acesso a novos projetos de venda para mercados institucionais durante o ano de 2020 e primeiro semestre do ano 2021, sobretudo novos projetos do PAA.
- Identificar as organizações que acessaram iniciativas do governo federal ou estadual para mitigar os efeitos da pandemia, como o Projeto Cesta Verde, resultado de um termo de adesão assinado pelo Governo do Estado de São Paulo com o Ministério da Cidadania e a iniciativa Cesta da Cidadania, parte do Programa Alimento Solidário, também do estado de São Paulo.
- Averiguar se as dificuldades de comercialização e outras limitações impostas pela pandemia afetaram a coesão do grupo e o funcionamento da organização de forma geral.
- Averiguar se, pelo contrário, a pandemia favoreceu novas oportunidades de comercialização e fortaleceu a organização de associações e cooperativas da agricultura familiar.

## 3. Metodologia

O presente projeto trata-se de uma pesquisa exploratória que será desenvolvida junto a 30 associações e cooperativas de agricultura familiar dos municípios que fazem parte de três Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) na região noroeste do estado de São Paulo. A primeira atividade da pesquisa será o levantamento do número de organizações com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica na área da pesquisa.



A pesquisa será desenvolvida mediante a aplicação de um questionário, respondido de forma presencial e contendo cinco blocos de questões abrangendo os diferentes tipos de capital mobilizados pelas organizações:

- Capital físico: uma mescla de capital natural e capital produzido, que engloba os bens e infraestrutura da organização – terreno e construções próprias, maquinário e equipamentos em geral, de uso restrito ou coletivo.
- Capital econômico produtivo: entendido como a saúde financeira da organização – a presença de dívidas; a capacidade de honrar compromissos financeiros; a capacidade de manter um capital de giro. Faz também parte do capital econômico produtivo a capacidade da organização em aprovar projetos de políticas públicas, como o PAA, PNAE e PPAIS, que contribuem para o aumento da renda dos produtores e também aumentam a receita da organização. Bem como a sua participação, desde o início da pandemia, em ações emergenciais coordenadas por instituições, como as “Cestas da Cidadania” da Fundação Itesp, ou por iniciativas da sociedade civil, para fazer chegar alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social.
- Capital humano: inclui o número total de associados, o número de associados em dia e o número de sócios que efetivamente participam das atividades da organização. Inclui ainda um conjunto de questões relacionadas com a direção das organizações; participação de mulheres e jovens no quadro de associados e na direção; serviços prestados pela organização aos sócios e, de modo geral, as relações de poder dentro da organização.
- Capital social: entendido como a rede de relações que a organização consegue manter com agentes externos – entidades prestadoras de assistência técnica e extensão rural, universidades, instituições de pesquisa, governos municipais, estaduais ou federal, serviços do Sistema S, participação em conselhos e demais instâncias representativas, entre outros.
- Capital cultural: a capacidade da organização em recuperar, manter ou promover práticas culturais, de lazer ou mesmo esportivas que contribuam para aumentar a coesão do grupo. Incluem-se também as relações de trabalho baseadas na confiança e reciprocidade, como os mutirões e outras formas de trabalho coletivo. Esse tipo de capital é importante para a configuração da identidade do grupo e construção do sentimento de pertencimento. Nesse sentido, os capitais cultural e social se entrelaçam.

Os dados levantados nos questionários serão posteriormente transcritos em planilhas Excel, e, após a padronização (média nula e variância unitária), as variáveis avaliadas neste estudo serão submetidas às análises exploratórias multivariadas de agrupamento por método hierárquico e componentes principais.

As organizações serão identificadas mediante uma lista de organizações da agricultura familiar fornecida pelo EDR da CATI. Os dirigentes das associações serão contatados mediante chamada telefônica, e-mail ou WhatsApp, conforme o tipo de contato fornecido pela CATI. Será oferecido ao dirigente das organizações o tempo que julgarem necessário para deliberar junto a seus associados sobre a pertinência de participar ou não da pesquisa.

Serão incluídas na pesquisa as organizações da agricultura familiar que apresentarem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica. O único critério de exclusão é não ter interesse em participar da pesquisa.

Os dirigentes que aceitarem participar da pesquisa poderão estipular o local, horário e data que lhes for mais conveniente para a entrevista presencial. Na entrevista presencial serão esclarecidos sobre as características e objetivos da pesquisa e solicitados a assinar o TCLE.



Cada entrevista presencial deve durar em torno de 90 minutos e as respostas serão registradas em questionário impresso.

O relatório final, com os resultados da pesquisa, será enviado na forma de documento impresso a todos os entrevistados, como forma de devolutiva.

### **Potencial de impacto dos resultados do ponto de vista técnico-científico, de inovação ou socioeconômico, e ganhos para envolvidos**

Os resultados da pesquisa proposta podem se tornar um importante instrumento de análise das diferentes formas de adaptação de associações e cooperativas da agricultura familiar aos entraves e limitações impostas pela pandemia Covid 19; bem como apontar para a adoção de novas formas de comercialização dessas organizações, como a venda on line e entregas diretas aos consumidores. Será interessante averiguar que perfil de organização melhor se adaptou ao que vem sendo chamado de “novo normal”, e se a pandemia aumentou a diferenciação socioeconômica entre os agricultores familiares.

A pesquisa não prevê ganhos individuais ou mesmo ganhos coletivos imediatos. No entanto, dar maior visibilidade para as formas organizativas da agricultura familiar, sua participação em programas governamentais, suas dificuldades durante a pandemia e as estratégias de adaptação que desenvolveram, pode ser um importante subsídio para reforçar os atuais programas de políticas públicas da agricultura familiar e estimular a criação de novos programas.

### **4. Cronograma de Execução e Recursos**

O projeto tem previsão para execução em 12 meses, e está dividido nas seguintes etapas:

**Etapa 1** – Levantamento junto a Coordenadoria de desenvolvimento Rural Sustentável das organizações da agricultura familiar que atuam na área de estudo.

**Etapa 2** – Aplicação de questionário semiestruturado com os dirigentes das organizações identificadas. A pesquisa de campo será de responsabilidade do coordenador e alunos envolvidos no projeto.

**Etapa 3**- Tabulação dos dados da pesquisa de campo em planilhas Excel. Essa tarefa deverá ser executada pelos alunos de graduação, bolsistas e não bolsistas, que participam do projeto.

**Etapa 4** – Análise dos dados com o uso de programa de estatística multivariada e elaboração de relatório final.



### Cronograma de Atividades

ATIVIDADES	MESES											
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°	11°	12°
1 – Revisão da bibliografia pertinente e reuniões dos com a orientadora	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2 – Escolha dos municípios das regiões de pesquisa		X										
3 – Estudo socioeconômico das áreas que fazem parte da pesquisa – levantamento de dados secundários.		X	X									
4 – Escolha das organizações que serão pesquisadas		X	X									
5 – Teste do questionário de campo			X									
6 – Coleta de dados de campo - aplicação do questionário nas organizações escolhidas			X	X	X	X	X					
7 – Tabulação dos dados coletados						X	X	X	X	X		
8 – Análise estatística dos dados									X	X	X	
9 – Elaboração do relatório final											X	X
11 – Elaboração de artigos para congressos e publicação								X	X	X	X	X

Recursos: o projeto conta com uma aluna bolsista de Iniciação Científica. Despesas com transporte serão cobertos com recursos próprios da pesquisadora responsável pelo projeto.

#### 5- Cuidados éticos a serem tomados junto aos participantes

Todos os dados coletados nesta pesquisa serão mantidos em sigilo e a pesquisa garante o anonimato de seus participantes. Nenhum dado coletado será enviado para órgão público. Durante as entrevistas presenciais, serão tomadas todas as providências que a pandemia Covid-19 demanda, como o uso de máscara, higienização das mãos e manutenção de distância segura. O participante não está obrigado a responder nenhuma das questões do questionário, e caso se sinta constrangido ou ofendido poderá termina a entrevista a qualquer momento. Se a participação na pesquisa causar algum transtorno ou dano para o entrevistado, serão tomadas as medidas necessárias de reparação.



## 6 – Referências

- BERNSTEIN, H, 'V.I. Lenin and A.V. Chayanov: looking back, looking forward', **Journal of Peasant Studies**, 36: 1, 55 — 81, 2009
- CAMARGO, R.A.L.; CAMPOS, M.O; BACCARIN, J.G. Organizações de produtores familiares e o acesso ao mercado. **X Congresso ALASRU**. Montevideo, Uruguai, 2018.
- CHAYANOV, A. **Teoria das cooperativas camponesas**. Pouso Alegre: Editora UFRGS, 2017
- CHAYANOV, Alexander V. **La oragnización de la unidad económica campesina**. Buenos Aire: Ediciones Nueva Visión, 1985.
- NEVES, D. P. Associativismo e Personalismo dos Mediadores Formais: Dilemas da Organização Política de Assentamentos Rurais pela Intervenção Estatal. In: **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: Nupedor/Uniara, v.16, n.1, 2013.
- PINHO, D.B. Economia e Cooperativismo. São Paulo: Edição Saraiva, 1977.
- SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture**. Paris: Armand Colin, 1973
- XAVIER, M. L. **O programa de aquisição de alimentos nas cooperativas catarinenses**. Florianópolis: Insular 2016.